



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

RESOLUÇÃO Nº 136/2010

Instrução nº 3032-62.2010.6.25.0000 – Classe 19ª

Interessado: Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

Altera dispositivos da Resolução nº 169/2009, de 15 de dezembro de 2009, que Dispõe sobre o Planejamento Estratégico no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, no período de 2010 a 2014, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO que o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe 2010-2014 foi construído com a mesma base metodológica do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, definida pela Resolução nº 70/09, do Conselho Nacional de Justiça e alinhado à Estratégia da Justiça Eleitoral, elaborada pelo Tribunal Superior Eleitoral em forma de minuta de Resolução;

CONSIDERANDO que o Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral não foi instituído pelo Tribunal Superior Eleitoral;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, para adequá-lo às especificidades locais;

CONSIDERANDO o estudo realizado pela Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão e pelas Assessorias de Planejamento, envolvendo as metas, os indicadores e os projetos estratégicos;

CONSIDERANDO, por fim, as deliberações consignadas nas Reuniões de Análise Estratégica realizadas em 2010

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar os arts. 1.º e 6.º e incluir o artigo 6.º-A, da Resolução nº 169/2009, de 15 de dezembro de 2009, que trata do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe para o período 2010-2014, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 1º Fica instituído o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe para o período 2010-2014, consolidado no Plano Estratégico constante dos anexos desta Resolução."

"Art. 6º.

Parágrafo único: A Presidência, após a oitiva da Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão e das Assessorias de Planejamento das Secretarias deste Tribunal, poderá promover, anualmente, eventuais ajustes no Planejamento Estratégico do Órgão."

"Art. 6º-A. Os indicadores que forem estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça e não estiverem contemplados neste Planejamento Estratégico, deverão ser medidos e informados quando solicitados, salvo aqueles considerados não aplicáveis a esta Justiça Especializada."

Art. 2º Os anexos da Resolução nº 169, de 15 de dezembro de 2009, passam a vigorar na forma dos anexos desta Resolução.

Art. 3º Ficam revogados os incisos I, II, III e o parágrafo único do art 1.º e o art 2.º, da Resolução 169, de 15 de dezembro de 2009.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dez.

DESEMBARGADOR LUIZ ANTÔNIO ARAUJO MENDONÇA - Presidente

DESEMBARGADORA SUZANA MARIA CARVALHO OLIVEIRA - Vice-Presidente

JUIZ RONIVON DE ARAGÃO

JUIZ GILSON FÉLIX DOS SANTOS

JUIZ JOSÉ ANSELMO DE OLIVEIRA

JUIZ JUVENAL FRANCISCO DA ROCHA NETO

JUIZ JOSÉ ALCIDES VASCONCELOS FILHO

DR. RUY NESTOR BASTOS MELO - Procurador Regional Eleitoral

RELATÓRIO

O DES. LUIZ ANTÔNIO ARAUJO MENDONÇA (PRESIDENTE-RELATOR):

A Diretoria Geral encaminha, para apreciação desta Corte, minuta de Resolução que objetiva adequar deliberações por ela presididas, com a participação da COPEG, Assessorias, Secretarias, Coordenadorias e Corregedoria Eleitoral, a respeito do Planejamento Estratégico 2010-2014, alterando o portfólio de projetos estratégicos e modificando a matriz de indicadores, conforme atas em anexo.

Explica que o Planejamento Estratégico deste Tribunal 2010-2014 foi construído com a mesma base metodológica do Poder Judiciário, definido pela Resolução nº 70/09, do Conselho Nacional de Justiça, aliado à Estratégia da Justiça Eleitoral, elaborada pelo Tribunal Superior Eleitoral em forma de minuta de Resolução.

Dessa forma, por meio de estudos, pretende-se atualizá-lo, alterando-se a Resolução TRE/SE nº 169/2009, nos moldes da anexa proposta, em consonância com as especificidades deste Tribunal.

Em Plenário, já ciente dos termos desta Minuta, manifestou-se o digno representante do Ministério Público Eleitoral pela sua concordância.

É o Relatório.



VOTO

O DES. LUIZ ANTÔNIO ARAUJO MENDONÇA (PRESIDENTE-RELATOR):

Senhores Membros e Procurador Regional Eleitoral,

Considerando a necessidade de atualização do Planejamento Estratégico deste Tribunal, para adequá-lo às especificidades locais;

Considerando o estudo realizado pela Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão e pelas Assessorias de Planejamento, envolvendo as metas, os indicadores e os projetos estratégicos;

Considerando, por fim, as deliberações consignadas nas Reuniões de Análise Estratégica realizadas em 2010,

Submeto a presente Minuta de Resolução à apreciação, ao tempo em que VOTO pela sua integral aprovação.

Des. Luiz Antônio Araujo Mendonça
Presidente

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO
Certifico a publicação desta decisão no Diário
da Justiça Eletrônico do TRE/SE em
14.1.01/2011, pág. 05/06
SEARE/COREP/LJO



A Estratégia do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

2010-2014

Atualizada em dezembro de 2010

Apresentação

As incessantes mudanças ocorridas nas instituições públicas demandaram maior adaptabilidade e velocidade na obtenção de resultados e foram decisivas para que, no ano de 2007, a Justiça Eleitoral de Sergipe idealizasse o seu Planejamento Estratégico para o período 2007-2012.

O objetivo daquele Planejamento era o de fornecer aos dirigentes, aos gestores e a suas equipes uma ferramenta gerencial que os municiasse de informações quando da tomada de decisões, ajudando-os a atuar de forma proativa, antecipando-se ao intenso processo de transformação.

O grande desafio foi o de implementar um modelo de gestão baseado em um sistema de acompanhamento, controle e avaliação para administrar a transição entre o que a instituição era e o que pretendia ser, internalizando uma cultura de planejamento com visão de longo prazo.

O acompanhamento das ações por meio da formulação de indicadores mereceu atenção especial da Unidade responsável pelo monitoramento do Planejamento Estratégico e ensejou bases mais sólidas para a edificação do novo Planejamento Estratégico 2010-2014 deste Tribunal.

A Estratégia da Justiça Eleitoral, revelada por uma minuta de Resolução do Tribunal Superior Eleitoral, utilizando a mesma base metodológica do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Nacional, a qual foi definida pela Resolução nº 70/09, do Conselho Nacional de Justiça, direcionou e dinamizou a formulação desse novo Planejamento Estratégico.

A missão e a visão de futuro foram unificadas às da Estratégia da Justiça Eleitoral com o intuito de transmitir à sociedade o conceito de unicidade desta Justiça. Os atributos de valor foram ampliados com a inclusão da ACESSIBILIDADE e da CELERIDADE, em consonância com o definido pelo CNJ ao formular o Planejamento Estratégico no âmbito do Poder Judiciário Nacional.

Fruto de um processo de construção, compartilhado com a consultoria da Fundação Getúlio Vargas - empresa contratada pelo CNJ para fornecer auxílio técnico-científico aos tribunais na elaboração e na gestão da estratégia - o Planejamento Estratégico 2010-2014 do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe foi adequado ao Plano Estratégico Nacional e à Estratégia da Justiça Eleitoral, sendo instituído por meio da Resolução TRE/SE nº 169, de 15 de dezembro de 2009.

A partir da execução do Planejamento Estratégico 2010-2014 deste Órgão e tendo em vista a não aprovação pelo Tribunal Superior Eleitoral da Resolução que instituiria a Estratégia da Justiça Eleitoral, constatou-se a necessidade de sua revisão para melhor adequá-lo às especificidades da Casa. Por conseguinte, após estudos realizados pela Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão e Assessorias de Planejamento, bem como após Reuniões

de Análise Estratégica com deliberações da Diretoria-Geral, Secretários, Coordenadores, Assessores de Planejamento e Corregedoria Eleitoral, alteraram-se e/ou incluíram-se metas, indicadores e iniciativas estratégicas (projetos e operações), resultando na sua primeira revisão.

Assim, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe apresenta o Planejamento Estratégico 2010-2014 revisado, constituindo seu corpo os objetivos estratégicos, insertos no mapa estratégico, os indicadores e metas de curto, médio e longo prazos, consubstanciados na matriz de controle de indicadores estratégicos, e as iniciativas estratégicas.

A implementação do Planejamento Estratégico 2010-2014 revisado viabilizará a continuidade do trabalho ora desenvolvido e contribuirá para a consolidação da imagem desta Justiça Eleitoral, mormente, quanto à efetividade, transparência e segurança, fornecendo à alta administração subsídios para alcançar o sucesso no cumprimento da missão institucional.

Desembargador Luiz Antônio Araújo Mendonça
Presidente

VISÃO 2014: Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Missão:

Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

Visão:

Consolidar a credibilidade da justiça eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.

Atributos de Valor para a Sociedade:

- Ética
- Transparência
- Coerência
- Comprometimento
- Inovação
- Humanização
- Responsabilidade sócio-ambiental
- Acessibilidade
- Celeridade

M

i

S

S

ã

O

e

V

i

S

ã

O

Tema:

Eficiência Operacional

Objetivo Estratégico:

Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

Descrição do Objetivo:

Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais e administrativos a fim de assegurar a razoável duração do processo.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Taxa de congestionamento
- Índice de agilidade no julgamento
- Prestações de contas julgadas no prazo
- Índice de agilidade na publicação dos acórdãos
- Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços

Iniciativas Relacionadas:

- BANCO DE SOLUÇÕES DE QUALIDADE DO TRE-SE
- COMUNICAÇÃO INTERNA ESTRATÉGICA
- EXCELÊNCIA NA GESTÃO CARTORÁRIA
- GESTÃO POR COMPETÊNCIAS
- MAPEAMENTO E MODELAGEM DE PROCESSOS
- PLANEJAMENTO INTEGRADO DE ELEIÇÕES
- SERVIÇO DE TRANSPORTE AO ALCANCE DAS ZONAS

Tema:

Eficiência Operacional.

Objetivo Estratégico:

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

Descrição do Objetivo:

Garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização dos processos de trabalho e da aquisição e utilização de todos os materiais, bens e serviços, bem como da melhor alocação dos recursos humanos necessários à prestação jurisdicional e às atividades administrativas.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Redução do consumo de papel
- Redução do consumo de água
- Redução do consumo de energia

Iniciativas Relacionadas:

- BANCO DE SOLUÇÕES DE QUALIDADE DO TRE-SE
- BUSCANDO PARCERIAS
- COMUNICAÇÃO INTERNA ESTRATÉGICA
- EXCELÊNCIA NA GESTÃO CARTORÁRIA
- GESTÃO ORÇAMENTÁRIA COMPARTILHADA
- GESTÃO POR COMPETÊNCIAS
- MAPEAMENTO E MODELAGEM DE PROCESSOS
- NOSSO AMBIENTE
- PLANEJAMENTO INTEGRADO DE ELEIÇÕES
- ZERANDO O DESPERDÍCIO

Tema:

Eficiência Operacional

Objetivo Estratégico:

Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral.

Descrição do Objetivo:

Garantir o aprimoramento contínuo da segurança do processo eleitoral, com o objetivo de prevenir ocorrências de erros ou fraudes.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Percentual de urnas substituídas

Iniciativas Relacionadas:

- BIOMETRIA
- EXCELÊNCIA NA GESTÃO CARTORÁRIA
- MAPEAMENTO E MODELAGEM DE PROCESSOS
- PLANEJAMENTO INTEGRADO DE ELEIÇÕES
- POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Tema:

Eficiência Operacional

Objetivo Estratégico:

Aperfeiçoar o planejamento de eleições.

Descrição do Objetivo:

Promover a integração e padronização dos procedimentos de preparação das eleições.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Percentual de Zonas Eleitorais com planejamento de eleições integrado

Iniciativas Relacionadas:

- BANCO DE SOLUÇÕES DE QUALIDADE DO TRE-SE
- COMUNICAÇÃO INTERNA ESTRATÉGICA
- EXCELÊNCIA NA GESTÃO CARTORÁRIA
- JUSTIÇA ELEITORAL PERTO DE VOCÊ
- MAPEAMENTO E MODELAGEM DE PROCESSOS
- PLANEJAMENTO INTEGRADO DE ELEIÇÕES

Tema:

Alinhamento e Integração

Objetivo Estratégico:

Aprimorar a comunicação interna.

Descrição do Objetivo:

Aprimorar a comunicação com o público interno, disponibilizando, com transparência, informações sobre as ações e as iniciativas da Justiça Eleitoral, o andamento processual, os atos judiciais e administrativos, os dados orçamentários e o desempenho operacional.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de satisfação com a política de comunicação

Iniciativas Relacionadas:

- BANCO DE SOLUÇÕES DE QUALIDADE DO TRE-SE
- COMUNICAÇÃO INTERNA ESTRATÉGICA
- GESTÃO ORÇAMENTÁRIA COMPARTILHADA
- MAPEAMENTO E MODELAGEM DE PROCESSOS

Tema:

Alinhamento e Integração

Objetivo Estratégico:

Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais e Zonas Eleitorais.

Descrição do Objetivo:

Buscar a unicidade e a integração da Justiça por meio da troca de experiências entre Tribunais, Zonas Eleitorais, compartilhando conhecimentos, práticas, estruturas e soluções jurídicas e administrativas.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de aproveitamento das Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário

Iniciativas Relacionadas:

- BANCO DE SOLUÇÕES DE QUALIDADE DO TRE-SE
- BUSCANDO PARCERIAS
- COMUNICAÇÃO INTERNA ESTRATÉGICA
- EXCELÊNCIA NA GESTÃO CARTORÁRIA
- GESTÃO ORÇAMENTÁRIA COMPARTILHADA
- JUSTIÇA ELEITORAL PERTO DE VOCÊ
- NOSSO AMBIENTE
- PLANEJAMENTO INTEGRADO DE ELEIÇÕES
- POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Tema:

Atuação Institucional

Objetivo Estratégico:

Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e Instituições.

Descrição do Objetivo:

Fortalecer a integração da Justiça Eleitoral com os Poderes Executivo e Legislativo e desenvolver parcerias com os órgãos do sistema da Justiça (OAB, Ministério Público, Defensorias) e entidades públicas e privadas para viabilizar o alcance dos seus objetivos (eficiência, acessibilidade e responsabilidade social).

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de parcerias estratégicas internas ao Poder Judiciário
- Índice de parcerias estratégicas

Iniciativas Relacionadas:

- BUSCANDO PARCERIAS
- ELEITOR DO FUTURO
- JUSTIÇA ELEITORAL PERTO DE VOCÊ
- POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Tema:

Atuação Institucional

Objetivo Estratégico:

Aprimorar a comunicação com o público externo.

Descrição do Objetivo:

Aprimorar a comunicação com o público externo, com linguagem clara e acessível, disponibilizando, com transparência, informações sobre o papel, as ações e as iniciativas da Justiça Eleitoral, o andamento processual, os atos judiciais e administrativos, os dados orçamentários e o desempenho operacional.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de publicação do conteúdo integral dos processos na Internet
- Índice de matérias institucionais positivas
- Índice de inserções institucionais na mídia

Iniciativas Relacionadas:

- BUSCANDO PARCERIAS
- COMUNICAÇÃO INTERNA ESTRATÉGICA
- ELEITOR DO FUTURO
- EXCELÊNCIA NA GESTÃO CARTORÁRIA
- JUSTIÇA ELEITORAL PERTO DE VOCÊ
- POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
- RESGATE HISTÓRICO DA JUSTIÇA ELEITORAL

Tema:

Responsabilidade Social

Objetivo Estratégico:

Promover a cidadania.

Descrição do Objetivo:

Promover o desenvolvimento e a inclusão social, por meio de ações que contribuam para o acesso à Justiça, fortalecimento de educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais
- Índice de acesso à justiça

Iniciativas Relacionadas:

- BUSCANDO PARCERIAS
- COMUNICAÇÃO INTERNA ESTRATÉGICA
- ELEITOR DO FUTURO
- EXCELÊNCIA NA GESTÃO CARTORÁRIA
- JOVEM CIDADÃO
- JUSTIÇA ELEITORAL PERTO DE VOCÊ
- MESÁRIO: UM CIDADÃO ESPECIAL
- NOSSO AMBIENTE
- POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
- SERVIÇO DE TRANSPORTE AO ALCANCE DAS ZONAS

Tema:

Responsabilidade Social

Objetivo Estratégico:

Melhorar a relação com o meio ambiente.

Descrição do Objetivo:

Promover ações no sentido de preservar os recursos naturais, conscientizar as pessoas e reduzir o impacto ambiental das atividades da Justiça Eleitoral.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de ações de conscientização ambiental

Iniciativas Relacionadas:

- BUSCANDO PARCERIAS
- COMUNICAÇÃO INTERNA ESTRATÉGICA
- ELEITOR DO FUTURO
- EXCELÊNCIA NA GESTÃO CARTORÁRIA
- JOVEM CIDADÃO
- NOSSO AMBIENTE
- ZERANDO O DESPERDÍCIO

Tema:

Gestão de Pessoas

Objetivo Estratégico:

Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores

Descrição do Objetivo:

Garantir que os servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de capacitação nas competências organizacionais
- Índice de capacitação nas competências estratégicas
- Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação

Iniciativas Relacionadas:

- BANCO DE SOLUÇÕES DE QUALIDADE DO TRE-SE
- BUSCANDO PARCERIAS
- COMUNICAÇÃO INTERNA ESTRATÉGICA
- EXCELÊNCIA NA GESTÃO CARTORÁRIA
- GESTÃO ORÇAMENTÁRIA COMPARTILHADA
- GESTÃO POR COMPETÊNCIAS
- JOVEM CIDADÃO
- MAPEAMENTO E MODELAGEM DE PROCESSOS
- NOSSO AMBIENTE
- ZERANDO O DESPERDÍCIO

Tema:

Gestão de Pessoas

Objetivo Estratégico:

Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

Descrição do Objetivo:

Elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade institucional dos Magistrados e Servidores para viabilizar a execução da estratégia.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de alcance das metas
- Clima Organizacional

Iniciativas Relacionadas:

- BANCO DE SOLUÇÕES DE QUALIDADE DO TRE-SE
- COMUNICAÇÃO INTERNA ESTRATÉGICA
- ELEITOR DO FUTURO
- EXCELÊNCIA NA GESTÃO CARTORÁRIA
- GESTÃO ORÇAMENTÁRIA COMPARTILHADA
- GESTÃO POR COMPETÊNCIAS
- JUSTIÇA ELEITORAL PERTO DE VOCÊ
- PLANEJAMENTO INTEGRADO DE ELEIÇÕES
- POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
- SAÚDE INTEGRAL
- SERVIÇO DE TRANSPORTE AO ALCANCE DAS ZONAS

Tema:

Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo Estratégico:

Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais.

Descrição do Objetivo:

Prover os recursos materiais (instalações, mobiliários) que permitam o bom desempenho das unidades da Justiça Eleitoral, garantindo aos magistrados e servidores condições de trabalho com saúde e segurança, além da proteção e manutenção dos bens materiais.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de adequação das instalações físicas

Iniciativas Relacionadas:

- BUSCANDO PARCERIAS
- GESTÃO ORÇAMENTÁRIA COMPARTILHADA
- JUSTIÇA ELEITORAL PERTO DE VOCÊ
- SERVIÇO DE TRANSPORTE AO ALCANCE DAS ZONAS
- ZERANDO O DESPERDÍCIO

Tema:

Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo Estratégico:

Garantir a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação

Descrição do Objetivo:

Estruturar a tecnologia da informação e o seu gerenciamento de forma a garantir o desenvolvimento, aperfeiçoamento e a disponibilidade dos equipamentos e sistemas essenciais à execução da estratégia (eleitorais, administrativos e judiciais).

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de disponibilidade de sistemas on-line
- Índice de aderência aos padrões mínimos de TI
- Índice de aderência às metas do PETI

Iniciativas Relacionadas:

- GESTÃO ORÇAMENTÁRIA COMPARTILHADA
- MAPEAMENTO E MODELAGEM DE PROCESSOS
- ZERANDO O DESPERDÍCIO

Tema:

Orçamento

Objetivo Estratégico:

Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia.

Descrição do Objetivo:

Planejar o orçamento de forma integrada, visando assegurar e gerir recursos que viabilizem as ações e metas necessárias à execução da Estratégia.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de orçamento estratégico
- Índice de execução do orçamento estratégico
- Índice de execução do orçamento disponibilizado
- Volume de alterações orçamentárias

Iniciativas Relacionadas:

- GESTÃO ORÇAMENTÁRIA COMPARTILHADA
- PLANEJAMENTO INTEGRADO DE ELEIÇÕES
- ZERANDO O DESPERDÍCIO
- MAPEAMENTO E MODELAGEM DE PROCESSOS

Tema:

Sociedade

Objetivo Estratégico:

Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

Descrição do Objetivo:

Assegurar que os representantes políticos sejam legitimados pelo voto e atendam às exigências legais.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Nível de confiança na Justiça Eleitoral de Sergipe

Iniciativas Relacionadas:

- BANCO DE SOLUÇÕES DE QUALIDADE DO TRE-SE
- BIOMETRIA
- BUSCANDO PARCERIAS
- COMUNICAÇÃO INTERNA ESTRATÉGICA
- ELEITOR DO FUTURO
- EXCELÊNCIA NA GESTÃO CARTORÁRIA
- GESTÃO ORÇAMENTÁRIA COMPARTILHADA
- GESTÃO POR COMPETÊNCIAS
- JOVEM CIDADÃO
- JUSTIÇA ELEITORAL PERTO DE VOCÊ
- MAPEAMENTO E MODELAGEM DE PROCESSOS
- MESÁRIO: UM CIDADÃO ESPECIAL
- NOSSO AMBIENTE
- PLANEJAMENTO INTEGRADO DE ELEIÇÕES
- POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
- RESGATE HISTÓRICO DA JUSTIÇA ELEITORAL
- SAÚDE INTEGRAL
- SERVIÇO DE TRANSPORTE AO ALCANCE DAS ZONAS
- ZERANDO O DESPERDÍCIO

ANEXO 1 - MATRIZ DE INDICADORES

MATRIZ DE INDICADORES E METAS

1. INDICADOR: Índice de orçamento estratégico					
Objetivo Estratégico: Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	O percentual entre o valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas e o orçamento total do Tribunal				
Para que medir	Verificar o grau de orçamento disponibilizado para as iniciativas estratégicas				
Quem mede	Secretaria de Administração e Orçamento				
Quando medir	Anualmente (em Janeiro)				
Onde medir	LOA e Proposta Orçamentária				
Como medir	% entre o valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas (VDIE) e o orçamento total (OT)				
	(VDIE/OT) x 100				
	Obs1: O total disponibilizado para as iniciativas estratégicas deve ser considerado a partir da aprovação da LOA				
	Obs2: Iniciativas Estratégicas são aquelas indicadas no Planejamento Estratégico do Tribunal, as quais serão identificadas como tal no Sistema de Gestão Orçamentária (SIGO)				
Situação inicial	NM				
Meta	Disponibilizar 4% do valor do orçamento total para iniciativas estratégicas até 2014				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
NM	0,5%	2%	2,5%	3,5%	4%
2. INDICADOR: Índice de execução do orçamento estratégico					
Objetivo Estratégico: Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	O percentual de recursos orçamentários executados nas iniciativas estratégicas				
Para que medir	Verificar o grau de capacidade da justiça eleitoral para executar os recursos programados para as iniciativas estratégicas				
Quem mede	Secretaria de Administração e Orçamento				
Quando medir	Anual				
Onde medir	SIAFI				
Como medir	% entre o valor executado nas iniciativas estratégicas (VEIE) e o valor disponibilizado (VD) para tal				

	$(VEIE/VD) \times 100$				
Situação inicial	86,00%				
Meta	Aumentar para 100% o valor executado nas iniciativas estratégicas sobre o valor disponibilizado para tal até 2014.				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
86%	90%	92,50%	95%	97,50%	100%
3. INDICADOR: Índice de execução do orçamento disponibilizado					
Objetivo Estratégico: Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	O percentual da execução orçamentária em relação ao orçamento aprovado na Lei Orçamentária Anual - LOA, acrescido dos créditos suplementares.				
Para que medir	Verificar o grau de capacidade da justiça eleitoral para executar os recursos programados e reduzir a perda orçamentária				
Quem mede	Secretaria de Administração e Orçamento				
Quando medir	Anualmente (em janeiro)				
Onde medir	SIAFI e LOA				
Como medir	% entre o valor do orçamento executado (VE) e o valor total do orçamento disponibilizado (VT) $(VE/VT) \times 100$				
Situação inicial	99%				
Meta	Aumentar para 100% o valor executado sobre o valor total do orçamento até 2014				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
99%	100%	100%	100%	100%	100%
4. INDICADOR: Volume de alterações orçamentárias					
Objetivo Estratégico: Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	O volume total de recursos remanejados entre as diversas ações orçamentárias (exclusive pessoal e benefícios)				
Para que medir	Avaliar a qualidade do planejamento orçamentário e o custo de oportunidade				
Quem mede	Secretaria de Administração e Orçamento				
Quando medir	Anualmente (em janeiro)				
Onde medir	SIAFI				
Como medir	Total de Movimentação Orçamentária (TMO) dividido pelo Total da Dotação (TD), multiplicado por cem $(TMO/TD) \times 100$				
Situação	12,02% em outubro de 2009				

inicial					
Meta	Limitar as movimentações orçamentárias a 10% do total do orçamento até 2014				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
12,02%	12%	11,50%	11%	10,50%	10%
5. INDICADOR: Índice de disponibilidade de sistemas on-line					
Objetivo Estratégico: Garantir a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	A disponibilidade e estabilidade dos sistemas de TI				
Para que medir	Para garantir que indisponibilidades de sistemas essenciais provoquem interrupção dos serviços prestados pela justiça eleitoral				
Quem mede	Secretaria de Tecnologia da Informação				
Quando medir	Mensal				
Onde medir	Ferramenta de monitoramento NAGIOS				
Como medir	Tempo de Disponibilidade de Sistemas (TDS) dividido pelo Tempo Total do Período (TTP), multiplicado por cem				
	(TDS/TTP) x 100				
	Obs1: Os sistemas essenciais à justiça eleitoral são SADP/SADPWeb; DJe; Peticionamento Eletrônico, Internet, TítuloNet, FiliaWeb, Certidão de Quitação Eleitoral, Divulgação de Resultados, Divulgação de Candidatos e Divulgação de Prestação de Contas.				
	Obs2: Deverão ser desconsideradas as indisponibilidades previamente programadas para manutenção dos sistemas				
Situação inicial	Não mensurado - NM				
Meta	Garantir 99% de disponibilidade dos sistemas essenciais anualmente				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
NM	95%	96%	97%	98%	99%
6. INDICADOR: Índice de aderência aos padrões mínimos de TI					
Objetivo Estratégico: Garantir a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	Os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário.				
Para que medir	Para assegurar o cumprimento dos requisitos mínimos estabelecidos na Resolução 90 do CNJ.				
Quem mede	Secretaria de Tecnologia da Informação				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Cronograma de atendimento dos critérios atendidos na				

	resolução.				
Como medir	% entre os itens atendidos sobre o total de itens especificados na Resolução 90/09 - CNJ.				
Situação inicial	70%				
Meta	Atender 100% dos padrões mínimos de TI até 2014				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
70%	84%	84%	84%	100%	100%
7. INDICADOR: Índice de aderência às metas do PETI					
Objetivo Estratégico: Garantir a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	O cumprimento do PETIC				
Para que medir	Garantir o cumprimento da Resolução 90 do CNJ				
Quem mede	Secretaria de Tecnologia da Informação				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Cronograma de atendimento dos critérios atendidos na resolução.				
Como medir	% de metas alcançadas (MA) em relação ao total de metas (TM) do PETI				
	$(MA/TM) \times 100$				
Situação inicial	Não mensurado - NM				
Meta	Alcançar 100% das metas até 2014				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
NM	80%	85%	90%	95%	100%
8. INDICADOR: Índice de adequação das instalações físicas					
Objetivo Estratégico: Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	A qualidade dos imóveis pertencentes ou ocupados pela justiça eleitoral				
Para que medir	Para priorizar investimentos em obras/reformas que subsidiem a melhoria das condições de trabalho				
Quem mede	Secretaria de Administração e Orçamento				
Quando medir	Anualmente (em Dezembro)				
Onde medir	GERIM				
Como medir	Sistema de Gerenciamento de Imóveis da Justiça Eleitoral (GERIM)				
	Obs: Será definido um parâmetro no sistema pelo qual as instalações serão consideradas adequadas ou inadequadas				
Situação inicial	52,70%				

Meta	Alcançar 75% de adequação nas instalações da justiça eleitoral até dezembro de 2014				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
52,70%	61,10%	66,60%	69,40%	72,20%	75%
9. INDICADOR: Índice de alcance das metas					
Objetivo Estratégico:	Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia				
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	O percentual de metas estratégicas alcançadas pelo tribunal				
Para que medir	Para demonstrar o grau de comprometimento das pessoas com a melhoria do desempenho				
Quem mede	Coord. de Planejamento, Estratégia e Gestão				
Quando medir	Anualmente (em Janeiro)				
Onde medir	Em todos os cartórios eleitorais e Secretaria do TRE				
Como medir	Total de Metas Alcançadas (TMA) dividido pelo Total de Metas Estabelecidas para o Ano (TMEA), multiplicado por 100				
	(TMA/TMEA) x 100				
Situação inicial	46,15%				
Meta	Alcançar 100% das metas anualmente				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
46,15%	100%	100%	100%	100%	100%
10. INDICADOR: Clima Organizacional					
Objetivo Estratégico:	Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia				
Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	Percepção do corpo funcional quanto às dimensões que causem impacto na motivação e produtividade no trabalho				
Para que medir	Para subsidiar melhorias e ações corretivas nas dimensões que causam impacto negativo				
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas				
Quando medir	Bianualmente (em Novembro dos anos não eleitorais)				
Onde medir	Em todos os cartórios eleitorais e Secretaria do TRE				
Como medir	Instrumento de Pesquisa de Clima Organizacional				
	OBS.: Não se aplica em anos eleitorais - NA.				
Situação inicial	59,50%				
Meta	Alcançar 67,5% de satisfação do servidor até dezembro de 2013				
2009	2010	2011	2012	2013	2014

59,50%	NA	62,50%	NA	67,50%	NA
11. INDICADOR: Índice de capacitação nas competências organizacionais					
Objetivo Estratégico: Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	Mede o grau de prontidão dos servidores com relação às competências necessárias à estratégia da justiça eleitoral				
Para que medir	Para avaliar a necessidade de capacitação				
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas				
Quando medir	Anual (em Janeiro)				
Onde medir	Em todos os cartórios eleitorais e Secretaria do TRE				
Como medir	Relação entre o Total de Competências Apresentadas pelos Servidores (TCS) dividido pelo Total de Competências Necessárias (TCN), multiplicado por cem (TCS/TCN) x 100				
Situação inicial	Não se aplica - NA				
Meta	Implantar a Gestão por Competência até dezembro de 2011				
	Aumentar para 50% o índice de capacitação nas competências organizacionais até 2014				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
NA	NA	NA	30%	40%	50%
12. INDICADOR: Índice de capacitação nas competências estratégicas					
Objetivo Estratégico: Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	A quantidade de servidores com o mínimo de horas previstas para os treinamentos nas competências estratégicas em relação ao número total de servidores				
Para que medir	Para priorizar a aplicação de treinamentos voltados para as competências estratégicas				
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas				
Quando medir	Anual				
Onde medir	Todos os Cartórios Eleitorais e Secretarias do TRE				
Como medir	% entre os servidores treinados com pelo menos 20 horas nas competências estratégicas (STCE) sobre o total de servidores (TS). (STCE/TS) x 100				
	São consideradas competências estratégicas: a gestão estratégica, a gestão de projetos, a gestão de pessoas, a gestão de processos de trabalho e a				

	gestão da informação.				
Situação inicial	NM				
Meta	Aumentar para 45% o índice de capacitação nas competências estratégicas, até 2014				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
NM	36%	38%	40%	42%	45%
13. INDICADOR: Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação					
Objetivo Estratégico: Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	O percentual entre o valor aplicado em capacitação e o orçamento de custeio executado				
Para que medir	Para garantir que os servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos.				
Quem mede	Secretaria de Administração e Orçamento				
Quando medir	Anual				
Onde medir	SIAFI				
Como medir	% entre o valor aplicado em capacitação (VAC) e o orçamento de custeio executado (OCE)				
	$(VAC/OCE) \times 100$				
Situação inicial	11,3%				
Meta	Aplicar 15% do valor do orçamento executado em capacitação em anos não eleitorais e 8% em anos eleitorais até 2014				
	2009	2010	2011	2012	2013
	11,3%	6%	12%	7%	15%
14. INDICADOR: Índice de ações de conscientização ambiental					
Objetivo Estratégico: Melhorar a relação com o meio ambiente					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	O número de ações desenvolvidas visando a conscientização ambiental de servidores				
Para que medir	Para ampliar a conscientização ambiental dos servidores				
Quem mede	Comissão do Programa Nosso Ambiente				
Quando medir	Anualmente (Dezembro)				
Onde medir	Em todos os cartórios eleitorais e Secretaria do TRE				
Como medir	Quantidade de ações realizadas durante o ano				
Situação inicial	4 ações em 2009				

Meta	Desenvolver, no mínimo, 4 ações de conscientização ambiental anualmente				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
4	4	4	4	4	4
15. INDICADOR: Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais					
Objetivo Estratégico: Promover a cidadania					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	Quantitativo de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais				
Para que medir	Para avaliar o comprometimento da justiça eleitoral em ampliar sua responsabilidade social				
Quem mede	Coord. de Planejamento, Estratégia e Gestão				
Quando medir	Anual (mês de Janeiro)				
Onde medir	Em todos os cartórios eleitorais e Secretaria do TRE				
Como medir	Total de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais				
	Obs.1: Projeto social deve ser entendido como o conjunto de atividades praticadas pelo órgão que extrapolam a sua missão, para atender, ainda que parcialmente, às necessidades dos grupos que, por si só, não possuem condições de satisfazê-las.				
Situação inicial	3.300 pessoas em 2009				
Meta	Elevar em 100% a quantidade de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais até 2014				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
3.300	3630	4540	4990	6240	6600
16. INDICADOR: Índice de acesso à Justiça					
Objetivo Estratégico: Promover a cidadania					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	O número de municípios onde a justiça eleitoral chega de alguma forma, seja por justiça itinerante, peticionamento eletrônico ou estrutura física				
Para que medir	Para ampliar a acessibilidade dos cidadãos à justiça eleitoral				
Quem mede	Coord. de Planejamento, Estratégia e Gestão				
Quando medir	Anual (mês de Janeiro)				
Onde medir	Em todos os cartórios eleitorais				
Como medir	Número de municípios atendidos - NMA (justiça itinerante, peticionamento eletrônico ou estrutura física) dividido pelo Total de municípios (TM) multiplicado por cem				
	$(NMA/TM) \times 100$				
Situação	44% em 2009				

inicial					
Meta	Elevar para 100% o número de municípios atendidos pela Justiça Eleitoral				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
44%	44%	60%	70%	90%	100%

17. INDICADOR: Índice de publicação do conteúdo integral dos processos na Internet						
Objetivo Estratégico: Aprimorar a comunicação com o público externo						
Tipo de Indicador	Eficácia					
O que mede	O percentual de processos com conteúdo integral publicado na internet					
Para que medir	Para garantir a disponibilidade de informação ao público externo					
Quem mede	Secretaria Judiciária e Corregedoria					
Quando medir	Anualmente (em Janeiro)					
Onde medir	Nos sistemas de acompanhamento processual e portal da internet					
Como medir	Relação entre o Total de Processos com seu conteúdo integral publicado (PCIP) na internet e o total de processos pendentes (TPP)					
	(PCIP/TPP) x 100					
	OBS.: O conteúdo integral publicado na Internet inclui o inteiro teor das decisões e o andamento atualizado do processo					
Situação inicial	NM					
Meta	Disponibilizar conteúdo integral de 100% dos processos na internet até 2014					
2009	2010	2011	2012	2013	2014	
NM	30%	100%	100%	100%	100%	
18. INDICADOR: Índice de matérias institucionais positivas						
Objetivo Estratégico: Aprimorar a comunicação com o público externo						
Tipo de Indicador	Eficácia					
O que mede	O percentual de matérias institucionais positivas veiculadas de forma espontânea pelas diversas mídias em relação ao total de matérias veiculadas sobre o órgão.					
Para que medir	Para avaliar a imagem da Justiça Eleitoral					
Quem mede	Assessoria de Comunicação - ASCOM					
Quando medir	Mensal					
Onde medir	Jornais, rádios, TV's e internet					
Como medir	% entre o total de matérias institucionais positivas (TMIP) veiculadas na mídia sobre o tribunal e o total de matérias veiculadas (TMV) na mídia sobre o tribunal.					
	(TMIP / TMV) x 100					
Situação	Não mensurado - NM					

inicial					
Meta	Obter 90% de matérias institucionais positivas na mídia até 2014				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
NM	70%	75%	80%	85%	90%
19. INDICADOR: Índice de inserções institucionais na mídia					
Objetivo Estratégico: Aprimorar a comunicação com o público externo					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	A quantidade de inserções institucionais na mídia no período				
Para que medir	Para avaliar a exposição na mídia, a fim de ampliar o conhecimento da Sociedade dos programas e ações da Justiça Eleitoral				
Quem mede	Assessoria de Comunicação - ASCOM				
Quando medir	Mensal				
Onde medir	Jornais, rádios, TVs e internet				
Como medir	Quantidade de inserções na mídia no período				
Situação inicial	2008 (Ano Eleitoral) - 480				
	2009 (Ano não Eleitoral) - 108				
Meta	Aumentar em 100% o nº de inserções institucionais na mídia, até 2014, distinguindo-se os anos eleitorais e os não eleitorais				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
108	645	162	800	216	960
20. INDICADOR: Índice de parcerias estratégicas internas ao Poder Judiciário					
Objetivo Estratégico: Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	O percentual de parcerias internas ao Poder Judiciário firmadas e que contribuem diretamente para o alcance das metas estratégicas do tribunal.				
Para que medir	Buscar a integração da Justiça por meio da troca de experiências entre Tribunais, compartilhando conhecimentos, práticas e soluções jurídicas e administrativas.				
Quem mede	Coord. de Planejamento, Estratégia e Gestão				
Quando medir	Anualmente (mês de dezembro)				
Onde medir	Em todos os cartórios eleitorais e Secretaria do TRE				
Como medir	Relação entre o Total de Parcerias entre Tribunais que contribuem diretamente com o alcance de uma meta estratégica (TP) e o Total de Parcerias Internas (TPI)				
	TP/TPI x 100				

Situação inicial	NM				
Meta	Aumentar para 70% a quantidade de parcerias estratégicas até 2014				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
NM	50%	55%	60%	65%	70%
21. INDICADOR: Índice de parcerias estratégicas					
Objetivo Estratégico: Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	O percentual de parcerias estratégicas firmadas com órgãos não pertencentes ao Poder Judiciário				
Para que medir	Fortalecer a integração entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e desenvolver parcerias com setores e instituições para viabilizar o alcance das metas estratégicas				
Quem mede	Coord. de Planejamento, Estratégia e Gestão				
Quando medir	Anualmente (mês de dezembro)				
Onde medir	Em todos os cartórios eleitorais e Secretaria do TRE				
Como medir	Relação ente o Total de Parcerias externas ao PJ que contribuem diretamente com o alcance de uma meta estratégica (TPE) e o Total de Parcerias Vigentes no período (TPV)				
	$TPE/TPV \times 100$				
	Obs.: As parcerias vigentes consistem em todos os convênios formalmente firmados pelo Tribunal e outros órgãos não pertencentes a estrutura do Poder Judiciário.				
Situação inicial	NM				
Meta	Aumentar para 50% o índice de parcerias estratégicas até 2014				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
NM	30%	35%	40%	45%	50%
22. INDICADOR: Índice de Aproveitamento das Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário					
Objetivo Estratégico: Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais e zonas eleitorais					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	Mede o aproveitamento das boas práticas de gestão divulgadas no Banco de Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário				
Para que medir	Promover a disseminação de boas práticas de gestão entre os tribunais				
Quem mede	Coord. de Planejamento, Estratégia e Gestão				
Quando medir	Anualmente (em Janeiro)				

Onde medir	Em todos os cartórios eleitorais e Secretaria do TRE				
Como medir	Total de práticas implantadas pelo Tribunal Regional Eleitoral				
Situação inicial	0				
Meta	Implantar, anualmente, pelo menos uma iniciativa divulgada no Banco de Boas Práticas de Gestão do Judiciário até 2014				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
0	1	1	1	1	1
23. INDICADOR: Índice de satisfação com a política de comunicação					
Objetivo Estratégico: Aprimorar a comunicação interna					
Tipo de Indicador	Efetividade				
O que mede	Percepção do corpo funcional quanto à Política de Comunicação Interna				
Para que medir	Para subsidiar melhorias na comunicação interna do Tribunal				
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas				
Quando medir	Bianualmente (em Novembro dos anos não eleitorais)				
Onde medir	Em todos os cartórios eleitorais e Secretaria do TRE				
Como medir	Pesquisa de Clima Organizacional				
	OBS.: Não se aplica em anos eleitorais - NA				
Situação inicial	40%				
Meta	Atingir 80% de satisfação com a política de comunicação interna até 2013				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
40%	NA	60%	NA	80%	NA
24. INDICADOR: Percentual de Zonas Eleitorais com planejamento de eleições integrado					
Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar o planejamento de eleições					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	O percentual de zonas eleitorais que possuem um modelo de planejamento de eleições único e integrado ao da Secretaria do TRE				
Para que medir	Para garantir a efetividade do planejamento e uma visão sistêmica do processo eleitoral				
Quem mede	Coord. de Planejamento, Estratégia e Gestão				
Quando medir	Bianualmente (a cada pleito no mês de Agosto)				
Onde medir	Em todos os cartórios eleitorais e Secretaria do TRE				
Como medir	Relação entre a quantidade de Zonas Eleitorais com Planejamento de Eleições Integrado ao da Secretaria do TRE (ZEPI) e o Total de Zonas Eleitorais de Sergipe (TZE)				

	(ZEPI/TZE) x 100				
Situação inicial	0% em 2008				

Meta	Garantir que 100% dos cartórios eleitorais possuam um modelo de planejamento de eleições integrado ao da Secretaria do TRE até 2012				
	No mínimo, 80% em 2010				
	OBS.: Não se aplica em anos não eleitorais - NA				
2008	2010	2011	2012	2013	2014
0%	80%	NA	100%	NA	100%
25. INDICADOR: Percentual de urnas substituídas					
Objetivo Estratégico: Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	A quantidade de urnas substituídas em cada turno das eleições				
Para que medir	Para garantir a qualidade da conservação e logística dos equipamentos utilizados, assim como evitar a possibilidade de votação manual				
Quem mede	Secretaria de Tecnologia da Informação				
Quando medir	Bianualmente (a cada pleito - no mês de novembro)				
Onde medir	Em todas as seções de votação				
Como medir	Quantidade de urnas substituídas durante as eleições (Q-UE-SUBST) dividida pela Quantidade de urnas disponibilizadas para as eleições (Q-UE-DISP), considerando as de contingência, multiplicado por cem				
	$(Q-UE-SUBST/Q-UE-DISP) \times 100$				
Situação inicial	0,56% em 2008				
Meta	Garantir que a substituição de urnas fique abaixo de 0,5% a cada eleição				
	OBS.: Não se aplica em anos não eleitorais - NA				
2008	2010	2011	2012	2013	2014
0,56%	0,50%	NA	0,50%	NA	0,50%
26. INDICADOR: Redução do Consumo de Papel					
Objetivo Estratégico: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais					
Tipo de Indicador	Economicidade				
O que mede	O percentual de consumo de papel per capita no período				
Para que medir	Para identificar os gastos operacionais e buscar alternativas de racionalização				
Quem mede	Secretaria de Administração e Orçamento				
Quando medir	Anual				
Onde medir	SIAFI				

Como medir	Variação da quantidade de consumo per capita de resmas de papel no período em relação ao período anterior
	$(1 - [(Cpac/Fttac)/(Cpaa/Fttaa)]) \times 100$
	Cpac - Consumo de papel (números de resmas) no ano corrente

Como medir	Cpaa – Consumo de papel (números de resmas) no ano anterior				
	Fttac – Força de trabalho total ao final do ano corrente				
	Fttaa – Força de trabalho total ao final do ano anterior				
Situação inicial	NM				
Meta	Reduzir, anualmente, em 5 % o consumo de papel per capita até 2014				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
NM	5%	5%	5%	5%	5%
27. INDICADOR: Redução do Consumo de Água					
Objetivo Estratégico: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais					
Tipo de Indicador	Economicidade				
O que mede	A variação da quantidade de consumo de água per capita no período em relação ao período anterior				
Para que medir	Para identificar os gastos operacionais e buscar alternativas de racionalização				
Quem mede	Secretaria de Administração e Orçamento				
Quando medir	Anual				
Onde medir	SIAFI				
Como medir	Variação da quantidade de consumo de água per capita no período em relação ao período anterior				
	$(1 - [(Caac/Fttac)/(Caaa/Fttaa)]) \times 100$				
	Caac – Consumo de água no ano corrente				
	Caaa – Consumo de água no ano anterior				
	Fttac – Força de trabalho total ao final do ano corrente				
	Fttaa – Força de trabalho total ao final do ano anterior				
	Obs 1: A força de trabalho a ser considerada é a que atua nos locais em que a despesa de água é de responsabilidade do TRE-SE.				
	Obs 2: O ano anterior de referência varia de ano eleitoral para não eleitoral e de acordo com o tipo de eleição.				
Situação inicial	NM				
Meta	Reduzir em 2% o consumo de água per capita até 2014				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
NM	2%	2%	2%	2%	2%

28. INDICADOR: Redução do Consumo de Energia						
Objetivo Estratégico: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais						
Tipo de Indicador	Economicidade					
O que mede	A variação da quantidade de consumo de energia per capita no período em relação ao período anterior					
Para que medir	Para identificar os gastos operacionais e buscar alternativas de racionalização					
Quem mede	Secretaria de Administração e Orçamento					
Quando medir	Anual					
Onde medir	SIAFI					
Como medir	Variação da quantidade de consumo de energia per capita no período em relação ao período anterior					
	$(1 - [(Ceac/Fttac)/(Cea/Fttaa)]) \times 100$					
	Ceac - Consumo de energia no ano corrente					
	Cea - Consumo de energia no ano anterior					
	Fttac - Força de trabalho total ao final do ano corrente					
	Fttaa - Força de trabalho total ao final do ano anterior					
	Obs 1: A força de trabalho a ser considerada é a que atua nos locais em que a despesa de energia é de responsabilidade do TRE-SE.					
	Obs 2: O ano anterior de referência varia de ano eleitoral para não eleitoral e de acordo com o tipo de eleição.					
Situação inicial	NM					
Meta	Reduzir em 2% o consumo de energia per capita até 2014					
2009	2010	2011	2012	2013	2014	
NM	2%	2%	2%	2%	2%	
29. INDICADOR: Taxa de Congestionamento						
Objetivo Estratégico: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos						
Tipo de Indicador	Eficiência					
O que mede	A relação entre os processos judiciais baixados, os casos novos e os pendentes de julgamento					
Para que medir	Verificar a capacidade da justiça eleitoral de atender à demanda de processos judiciais					
Quem mede	Corregedoria e SJD					
Quando medir	Semestral					
Onde medir	Em todos os tribunais e cartórios eleitorais (SADP ou outro tipo de controle)					
Como medir	TC1° - Taxa de congestionamento no 1° Grau					
	Fórmula: $TC1^\circ = 1 - (TBaix1^\circ / (CN1^\circ + CP1^\circ))$					
	Definição das variáveis:					

Como medir	TBaix1° - Total de Processos Baixados no 1° Grau: Número de processos decididos (baixado) no 1° Grau no período-base. Não são contabilizados os recursos internos (Embargos Declaratórios e Pedidos de Reconsideração) e os recursos externos (Recurso Eleitoral).			
	CN1° - Casos novos de 1° Grau: Número de processos originários autuados no 1° Grau da Justiça Eleitoral no período-base, excluem-se os Embargos Declaratórios e os Pedidos de Reconsideração.			
	Devem ser consideradas todas as classes definidas pela Resolução TSE nº 22.676/2007.			
	CP1° - Casos Pendentes na Justiça Eleitoral de 1° Grau: Total de processos originários autuados antes do início do período-base (semestre) e que não foram decididos (baixados) até o final do período-base anterior (estoque final do período-base anterior).			
	TC2° - Taxa de congestionamento no 2° Grau			
	Fórmula: $TC2^{\circ} = 1 - (TBaix2^{\circ} / (CN2^{\circ} + CP2^{\circ}))$			
	Definição das variáveis:			
	TBaix2° - Total de Processos Baixados no 2° Grau: Número de processos originários e os recursos eleitorais oriundos do 1° Grau decididos (baixados) no 2° Grau no período-base. Não são contabilizados os recursos internos (Embargos Declaratórios, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz auxiliar e as correções parciais) e os recursos externos (Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento).			
	CN2° - Casos novos de 2° Grau: Número de processos originários e os recursos eleitorais oriundos da Justiça Eleitoral de 1° Grau, autuados no 2° Grau da Justiça Eleitoral no período-base. Excluem-se os recursos internos (Embargos Declaratórios, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz auxiliar e as correções parciais) e os recursos externos (Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento).			
	Devem ser consideradas todas as classes definidas pela Resolução TSE nº 22.676/2007.			
	CP2° - Casos Pendentes no 2° Grau: Total de processos originários e os recursos eleitorais oriundos da Justiça Eleitoral de 1ª Grau, autuados antes do início do período-base (semestre) e que não foram decididos (baixados) até o final do período-base anterior (estoque final do período-base anterior).			

	Considera-se decidido (baixado) o processo transitado em julgado ou que foi arquivado, apensado, sobrestado ou expedido, à exceção de diligências.				
	Os processos sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados novamente.				
	Os processos remetidos ao 2º Grau não são considerados pendentes.				
Situação inicial	24% (1º grau) e 22,7% (2º grau) em 2009				
Meta	Reduzir a taxa de congestionamento para 10% até 2014.				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
23,35% (média)	20%	16%	15%	12%	10%
30. INDICADOR: Índice de agilidade no julgamento					
Objetivo Estratégico: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos					
Tipo de Indicador	Eficiência				
O que mede	O percentual de processos judiciais finalizados dentro de um ano, por instância, em relação ao total de processos finalizados				
Para que medir	Garantir a efetividade das decisões da justiça eleitoral, evitando que a demora do julgamento reduza os efeitos da decisão ou provoque a perda do objeto				
Quem mede	ASPLAN SJD e Corregedoria				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	Sistema de Acompanhamento Processual				
Como medir	Total de Processos Judiciais Finalizados com Prazo de Tramitação Inferior a Um Ano (TPJP1) dividido pelo Total de Processos Judiciais Finalizados (TPJF), multiplicado por cem				
	$(TPJP1/TPJF) \times 100$				
Situação inicial	1º grau - 84,5% em 2009 / 2º grau - não mensurado em 2009*				
Meta	Aumentar para 100% o percentual de processos judiciais finalizados em até um ano, por instância, do protocolo à sentença (conhecimento) e do trânsito em julgado à baixa (execução) até 2014				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
84,50%	90%	93%	95%	98%	100%
31. INDICADOR: Prestações de contas julgadas no prazo					
Objetivo Estratégico: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos					
Tipo de Indicador	Eficácia				

O que mede	O percentual das prestações de contas eleitorais julgadas dentro do prazo determinado no calendário eleitoral				
Para que medir	Garantir a agilidade do controle, tendo em vista a relevância dos resultados dos julgamentos				
Quem mede	Corregedoria e Secretaria Judiciária - SJD				
Quando medir	Bianualmente (mês de Janeiro dos anos eleitorais)				
Onde medir	Sistema de Acompanhamento das Contas ou Contagem física				
Como medir	Total de Prestações de Contas Julgadas (TPCJ), dividido pelo Total de Prestações de Contas (TPC), multiplicado por cem				
	(TPCJ / TPC) x 100				
	Obs: Entram na contagem somente os processos referentes às contas eleitorais				
Situação inicial	Não se aplica - NA				
Meta	Julgar 100% das contas eleitorais (relativas às eleições de 2010) até junho de 2011				
	Julgar 100% das contas eleitorais (relativas às eleições de 2012) até junho de 2013				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
NA	NA	100%	NA	100%	NA
32. INDICADOR: Índice de agilidade na publicação dos acórdãos					
Objetivo Estratégico: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	Mede a celeridade de Acórdãos/Resoluções publicados dentro do prazo padrão				
Para que medir	Para garantir a celeridade do processo				
Quem mede	Secretaria Judiciária - SJD				
Quando medir	Semestral				
Onde medir	SADP				
Como medir	% entre acórdãos/resoluções publicados dentro do prazo padrão de 10 dias (APP) e o total de acórdãos a publicar (TAP)				
	(APP/TAP) x 100				
Situação inicial	70%				
Meta	Publicar 90% dos acórdãos dentro do prazo padrão até 2014				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
70%	75%	75%	80%	85%	90%

33. INDICADOR: Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços					
Objetivo Estratégico: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos					
Tipo de Indicador	Eficácia				
O que mede	O percentual de aquisições finalizadas dentro do prazo padrão				
Para que medir	Proporcionar um alinhamento com as expectativas dos clientes/sociedade relativas ao tempo de aquisição por meio da avaliação e melhoria do processo				
Quem mede	Secretaria de Administração e Orçamento				
Quando medir	Anualmente				
Onde medir	SADP				
Como medir	% entre processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão (PABSF) em relação ao total de processos de aquisição de bens e serviços (TPABS)				
	$(PABSF/TPABS) \times 100$				
	- 120 dias, para concurso e concorrências dos tipos empreitada integral, técnica ou técnica e preço;				
	- 105 dias, para demais concorrências e tomada de preços dos tipos técnica e técnica e preço;				
	- 60 dias, para demais tomadas de preços;				
	- 50 dias, para convites e pregão;				
	- 8 dias para dispensa e inexigibilidade.				
Situação inicial	Não mensurado - NM				
Meta	Obter 90% dos processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão até 2014.				
2009	2010	2011	2012	2013	2014
NM	10%	30%	50%	70%	90%

34. INDICADOR: Nível de confiança na Justiça Eleitoral de Sergipe						
Objetivo Estratégico: Garantir a legitimidade do processo eleitoral						
Tipo de Indicador	Efetividade					
O que mede	O nível de confiança da sociedade na Justiça Eleitoral de Sergipe					
Para que medir	Para avaliar a atuação da Justiça Eleitoral de Sergipe					
Quem mede	ASCOM e Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão					
Quando medir	Bianualmente					
Onde medir	Pesquisa de satisfação junto à sociedade sergipana					
Como medir	Relação entre o número de pessoas que confia na JE de Sergipe (PCJESE) e o número de pessoas consultadas (PC)					
	$(PCJESE/PC) \times 100$					
Situação inicial	NM					
Meta	Atingir confiança no processo eleitoral por parte de 80% do total de pesquisados até 2014 OBS.: Não se aplica em anos não eleitorais - NA					
2010	2010	2011	2012	2013	2014	
NA	NM	NA	80%	NA	80%	

ANEXO 2 - FICHAS DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

▪ **Projeto**

BANCO DE SOLUÇÕES DE QUALIDADE DO TRE-SE

▪ **Finalidade do projeto**

Identificar, registrar e integrar soluções, ideias, estudos, ferramentas e experiências de melhoria organizacional, implantados ou em desenvolvimento no TRE-SE.

Espera-se que a implementação do Banco de Soluções possa contribuir para o desenvolvimento de competências gerenciais, a adoção de métodos de trabalho mais eficazes, a aplicação otimizada de recursos e a maior transparência administrativa, que permitam o fomento e a replicação das ações para o aprimoramento do TRE-SE.

▪ **Alinhamento estratégico**

EFICIÊNCIA OPERACIONAL – Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos / Buscar a excelência na gestão de custos operacionais / Aperfeiçoar o planejamento de eleições.

ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO – Aprimorar a comunicação interna / Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais e Zonas Eleitorais.

GESTÃO DE PESSOAS – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores / Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

SOCIEDADE – Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

▪ **Clientes do projeto**

Secretaria do TRE e cartórios eleitorais

▪ **Patrocinador do projeto**

Maria Alejandra Perez Machado – Coord. de Educação e Desenvolvimento

▪ **Justificativa**

Observa-se, frequentemente, desenvolvimento isolado de iniciativas de melhoria organizacional, sem que haja a devida divulgação e disseminação destas práticas para toda a instituição. Principalmente, no que diz respeito aos cartórios eleitorais, constata-se a existência de problemas comuns, com soluções criativas diferenciadas, que poderiam ser aprimoradas e replicadas para todos os cartórios eleitorais.

Tal projeto contribuirá também com o processo de integração e alinhamento organizacional.

1. Projeto

BIOMETRIA

2. Finalidade do projeto

Recadastramento de todos os eleitores de Sergipe, mediante incorporação de dados biométrico e fotográfico.

3. Alinhamento estratégico

EFICIENCIA OPERACIONAL – Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral.

SOCIEDADE – Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

4. Clientes do projeto

Eleitorado sergipano

5. Patrocinador do projeto

Anita Rocha Paixão Sotero – Coordenadora da Corregedoria Regional Eleitoral.

6. Justificativa

Necessidade de aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral, com a atualização do cadastro de eleitores, de forma a eliminar toda e qualquer possibilidade de erro ou fraude na identificação do eleitor na votação.

1. Projeto

BUSCANDO PARCERIAS

2. Finalidade do projeto

Identificar oportunidades e promover a celebração de parcerias visando ao alcance das metas e objetivos organizacionais.

3. Alinhamento estratégico

EFICIÊNCIA OPERACIONAL – Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO – Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais e Zonas Eleitorais.

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL – Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições / Aprimorar a comunicação com o público externo.

RESPONSABILIDADE SOCIAL – Promover a cidadania / Melhorar a relação com o meio ambiente.

GESTÃO DE PESSOAS – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores.

INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA – Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais.

SOCIEDADE – Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

4. Clientes do projeto

Secretaria do TRE e cartórios eleitorais

5. Patrocinador do projeto

Roberta Feitosa Barreto – Coord. de Planejamento, Estratégia e Gestão.

6. Justificativa

Parceria é o intercâmbio de atitudes, conhecimentos, recursos. Hoje, devido à globalização, a comunicação acontece de forma muito rápida, a exigência para o alcance de objetivos é crescente. Paralelamente, busca-se a excelência operacional com a otimização de recursos.

1. Projeto

COMUNICAÇÃO INTERNA ESTRATÉGICA

2. Finalidade do projeto

Implantar uma política de comunicação interna consistente e contínua, que esteja alinhada com os valores, objetivos e metas do TRE-SE.

Pretende-se, ainda, construir canais de comunicação que criem um clima de transparência, satisfação e engajamento dos servidores com a execução da estratégia.

3. Alinhamento estratégico

EFICIÊNCIA OPERACIONAL – Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos / Buscar a excelência na gestão de custos operacionais / Aperfeiçoar o planejamento de eleições.

ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO – Aprimorar a comunicação interna / Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais e Zonas Eleitorais.

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL – Aprimorar a comunicação com o público externo.

RESPONSABILIDADE SOCIAL – Promover cidadania / Melhorar a relação com o meio ambiente.

GESTÃO DE PESSOAS – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores / Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

SOCIEDADE – Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

4. Clientes do projeto

Todo o quadro de servidores

5. Patrocinador do projeto

Ricardo Ribeiro – Assessor de Imprensa e Comunicação Social.

6. Justificativa

As justificativas para criação de um Plano de Comunicação Interna derivam da observação da realidade e da comprovada insatisfação dos servidores com o referido tema.

A comunicação interna foi uma das FRAQUEZAS apontadas na análise de cenários, realizada durante a criação do 1º Planejamento Estratégico do TRE-SE em 2007, visão ratificada pela Pesquisa de Clima Organizacional 2009, onde tal variável obteve um dos piores resultados do referido instrumento de pesquisa.

Sabendo-se que COMUNICAÇÃO é um dos fatores que contribuem diretamente com o desenvolvimento organizacional; evidencia-se, portanto, a necessidade urgente de buscar meios que permitam a mudança do cenário atual, construindo planos e ações que informem, mobilizem e motivem o quadro de servidores, disseminando a missão, visão, valores e objetivos organizacionais.

1. Projeto

EXCELÊNCIA NA GESTÃO CARTORÁRIA

2. Finalidade do projeto

A implantação do Projeto Excelência na Gestão Cartorária tem como finalidades:

- uniformizar os procedimentos cartorários;
- estimular a celeridade no julgamento de todos os processos em tramitação nos Cartórios;
- melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Cartório Eleitoral e da execução das atividades cartorárias, visando celeridade e praticidade;
- viabilizar e estimular o comprometimento dos Juizes e servidores com a produtividade e a qualidade dos serviços eleitorais, bem como a pontualidade e assiduidade dos servidores.

3. Alinhamento estratégico

EFICIÊNCIA OPERACIONAL – Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos / Buscar a excelência na gestão de custos operacionais / Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral / Aperfeiçoar o planejamento de eleições.

ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO – Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais e Zonas Eleitorais.

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL – Aprimorar a comunicação com o público externo.

RESPONSABILIDADE SOCIAL – Promover a cidadania / Melhorar a relação com o meio ambiente.

GESTÃO DE PESSOAS – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores / Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia .

SOCIEDADE – Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

4. Clientes do projeto

Cartórios eleitorais

5. Patrocinador do projeto

Anita Paixão – Coordenadora da Corregedoria Regional Eleitoral

6. Justificativa

A justificativa surge da observação e monitoramento da realidade cartorária. Algumas Zonas Eleitorais possuem situação bastante diversa de outras com relação à tramitação e julgamento dos processos.

A falta de comprometimento e/ou organização de alguns servidores na realização das tarefas cartorárias leva ao acúmulo de serviços e ao aumento na quantidade de processos antigos sem julgamento, causando, inclusive, desgaste para novos servidores, por ocasião de remoção.

A deficiência na prestação dos serviços cartorários pode ser aferida também pelo histórico do cartório, descumprimento de prazos, falta de padronização nos procedimentos cartorários, despreparo funcional e emocional para a realização de eleições, existência de apenas um servidor efetivo e à falta de formação jurídica dos servidores.

1. Projeto

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA COMPARTILHADA

2. Finalidade do projeto

Descentralizar a gestão orçamentária, proporcionando informação mais precisa acerca da gestão orçamentária, implicando em um melhor aproveitamento dos recursos orçamentários e possibilitando remanejamentos em tempo hábil.

A proposta de tornar a gestão do orçamento mais participativa visa, também, promover o alinhamento entre o planejamento orçamentário e o planejamento estratégico.

3. Alinhamento estratégico

EFICIÊNCIA OPERACIONAL – Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO – Aprimorar a comunicação interna / Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais e Zonas Eleitorais.

GESTÃO DE PESSOAS – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores / Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA – Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais / Garantir a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação.

ORÇAMENTO – Assegurar os recursos orçamentários necessários para a execução da Estratégia.

SOCIEDADE – Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

4. Clientes do projeto

Secretaria de Administração e Orçamento e demais unidades gestoras de ações orçamentárias.

5. Patrocinador do projeto

Vânia Maria Nascimento Lima Rolemberg - Secretária de Administração e Orçamento.

6. Justificativa

Surge da necessidade de tornar as unidades participantes da elaboração da proposta responsáveis pela programação e execução das despesas aprovadas, fornecendo à Unidade de Programação informações precisas e atualizadas acerca da despesa.

Observa-se atualmente que, dado o interstício de tempo entre a elaboração e a execução (um ano), a despesa que fora aprovada pode tornar-se desnecessária para a unidade responsável sem o conhecimento da unidade de programação, dificultando a reprogramação em tempo hábil para outras despesas e influenciando negativamente no percentual de execução.

1. Projeto

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

2. Finalidade do projeto

Analisar e adequar o perfil de competências de servidores do TRE/SE.

3. Alinhamento estratégico

EFICIÊNCIA OPERACIONAL – Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos /
Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

GESTÃO DE PESSOAS – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores /
Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

SOCIEDADE – Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

4. Clientes do projeto

Secretaria do TRE, cartórios eleitorais e todo o quadro de servidores

5. Patrocinador do projeto

Maria Alejandra Perez Machado – Coord. de Educação e Desenvolvimento

6. Justificativa

Com a inclusão no planejamento estratégico da Justiça Eleitoral da meta de adequação do quadro funcional às necessidades institucionais, faz-se imprescindível um estudo voltado para a identificação das competências organizacionais, subsidiado pelo mapeamento e modelagem dos processos da instituição, para a identificação das necessidades de treinamento e a possível adequação de lotações.

1. Projeto

JOVEM CIDADÃO

2. Finalidade do projeto

Colaborar para o desenvolvimento pessoal e profissional de adolescentes estudantes de escolas públicas, pertencentes a famílias de renda per capita de até um salário mínimo, e de estudantes portadores de necessidades especiais, estudantes de escolas públicas, através de programa de estágio remunerado para estudantes de nível médio.

3. Alinhamento estratégico

RESPONSABILIDADE SOCIAL – Promover a cidadania / Melhorar a relação com o meio ambiente.

GESTÃO DE PESSOAS – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores.

SOCIEDADE – Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

4. Clientes do projeto

Estudantes de nível médio, integrados à rede pública de ensino, com idade entre 16 e 18 anos, pertencentes a famílias de renda per capita de até um salário mínimo e estudantes portadores de necessidades especiais, estudantes de escolas públicas, com idade entre 16 e 24 anos.

5. Patrocinador do projeto

Maria Alejandra Perez Machado – Coord. de Educação e Desenvolvimento

6. Justificativa

O TRE-SE, cuja missão integra o favorecimento do exercício pleno da cidadania, busca ampliar suas ações para atuar de forma mais direta na sociedade, disponibilizando sua estrutura e potencial para possibilitar o acesso de pessoas menos favorecidas econômica e socialmente aos direitos básicos de qualquer ser humano.

O projeto Jovem Cidadão integra o tema estratégico Responsabilidade Social e será concebido a fim de viabilizar o estágio remunerado com acompanhamento educacional e psicossocial a jovens estudantes de escolas públicas, pertencentes a famílias de renda per capita de até um salário mínimo, possibilitando aos mesmos as condições para o pleno exercício da cidadania, a partir da sua capacitação profissional e pessoal. O projeto visa também inserir o estudante portador de necessidades especiais no mercado de trabalho, estimulando o seu potencial de aprendizagem, através do estágio remunerado.

Os servidores do TRE/SE serão beneficiados, tanto com a colaboração dos adolescentes nas atividades laborais, como com a possibilidade de adquirir competências relacionadas à responsabilidade social e à capacidade de promover o desenvolvimento de jovens educandos.

1. Projeto

JUSTIÇA ELEITORAL PERTO DE VOCÊ

2. Finalidade do projeto

Disponibilizar os serviços prestados pela Justiça Eleitoral à população/ao eleitorado que reside(m) nos municípios que não possuem Cartório Eleitoral.

3. Alinhamento estratégico

EFICIÊNCIA OPERACIONAL – Aperfeiçoar o planejamento de eleições.

ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO – Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais e Zonas Eleitorais.

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL – Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições/Aprimorar a comunicação com o público externo.

RESPONSABILIDADE SOCIAL – Promover a cidadania.

GESTÃO DE PESSOAS – Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA – Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais.

SOCIEDADE – Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

4. Clientes do projeto

População/Eleitorado que reside(m) em municípios que não possuem cartório eleitoral

5. Patrocinador do projeto

Anita Paixão – Coordenadora da Corregedoria Regional Eleitoral

6. Justificativa

Visando à ampliação da acessibilidade à Justiça Eleitoral de Sergipe, pretende-se com a execução do presente Projeto propiciar uma maior comodidade ao eleitor, disponibilizando um ponto de atendimento mais próximo da sua residência.

Observa-se que, atualmente, um número considerável de eleitores precisa se deslocar para um outro município, sede de zona eleitoral, gerando custos que, muitas vezes, não consegue arcar. A dificuldade de transporte do eleitor ainda possibilita a atuação de políticos mal intencionados que vêm a oportunidade de suprir tal deficiência em troca de vantagens futuras.

Implantar, inicialmente, nos Municípios que tenham alistamento Biométrico, utilizando o KIT BIO.

1. Projeto

MAPEAMENTO E MODELAGEM DE PROCESSOS

2. Finalidade do projeto

Identificar e redesenhar os processos de trabalho com foco nos objetivos estratégicos e nas expectativas dos clientes internos e externos, visando à implementação de uma política de melhoria contínua dos fluxos de atividade e ao aumento do desempenho institucional.

3. Alinhamento estratégico

EFICIÊNCIA OPERACIONAL – Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos / Buscar a excelência na gestão de custos operacionais / Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral / Aperfeiçoar o planejamento de eleições.

ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO – Aprimorar a comunicação interna.

GESTÃO DE PESSOAS – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores

INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA – Garantir a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação.

ORÇAMENTO – Assegurar os recursos orçamentários necessários para a execução da Estratégia.

SOCIEDADE – Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

4. Clientes do projeto

Secretaria do TRE e cartórios eleitorais

5. Patrocinador do projeto

Roberta Feitosa Barreto – Coordenadora de Planejamento, Estratégia e Gestão.

6. Justificativa

Observa-se que boa parte dos processos de trabalho praticados no TRE apresentam problemas ou “gargalos” em seus fluxos, com consequências negativas para a organização. Alguns desses processos estão diretamente relacionados aos objetivos e metas estratégicas traçados, tornando-se um empecilho para o alcance dos mesmos. Um exemplo é o processo para aquisição de bens e serviços, cujo prazo para finalização supera os limites estabelecidos no planejamento estratégico institucional. A gestão de processos também compreende uma das prioridades estabelecidas pelo CNJ para o Judiciário, tendo em vista a instituição da Meta 5 que trata da implantação de método de gerenciamento de processos em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau em 2010.

A melhoria dos processos de trabalho tem, portanto, as seguintes vantagens:

- Melhorar a eficiência e a eficácia da organização;
- Possibilitar a compatibilização de processos com a missão, visão e estratégia;
- Identificar problemas e implementar melhorias;
- Auxiliar na identificação de inconsistências, duplicidades e omissões;
- Viabilizar as necessidades de mudança da organização.

1. Projeto

ZERANDO O DESPERDÍCIO

2. Finalidade do projeto

O presente projeto busca realizar várias ações conjuntas para que haja a otimização de gastos no TRE-SE, com a conscientização de Juízes e servidores sobre o uso racional dos recursos.

Analisar periodicamente o desenvolvimento e a execução das despesas operacionais com o objetivo de simplificar e racionalizar os custos, através do aprimoramento e inovação, proporcionando um melhor desempenho financeiro do TRE-SE.

3. Alinhamento estratégico

EFICIÊNCIA OPERACIONAL – Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

RESPONSABILIDADE SOCIAL – Melhorar a relação com o meio ambiente.

GESTÃO DE PESSOAS – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores.

INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA – Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais/Garantir a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação.

ORÇAMENTO – Assegurar os recursos orçamentários necessários para a execução da Estratégia.

SOCIEDADE – Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

4. Clientes do projeto

Secretaria do TRE e cartórios eleitorais.

5. Patrocinador do projeto

Vânia Maria Nascimento Lima Rolemberg - Secretária de Administração e Orçamento.

6. Justificativa

A modernização do Judiciário busca a celeridade com segurança e economia, em razão disso, todas as esferas judiciais devem se adequar a essa tendência e intensificar a racionalização das despesas institucionais.

1. Projeto

PLANEJAMENTO INTEGRADO DE ELEIÇÕES

2. Finalidade do projeto

Elaborar um modelo de Planejamento Integrado das Eleições, que permita o alinhamento das ações, otimização de tempo e procedimentos, resolução antecipada de problemas e, acima de tudo, efetividade na execução.

3. Alinhamento estratégico

EFICIÊNCIA OPERACIONAL – Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos / Buscar a excelência na gestão de custos operacionais / Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral / Aperfeiçoar o planejamento de eleições.

ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO – Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais e Zonas Eleitorais.

GESTÃO DE PESSOAS – Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

ORÇAMENTO – Assegurar os recursos orçamentários necessários para a execução da Estratégia.

SOCIEDADE – Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

4. Clientes do projeto

Secretaria do TRE e cartórios eleitorais

5. Patrocinador do projeto

Roberta Feitosa Barreto – Coordenadora de Planejamento, Estratégia e Gestão.

6. Justificativa

As justificativas para a construção e aprimoramento contínuo do Planejamento Integrado das Eleições derivam da observação da realidade, que mostra a necessidade de alinhar as diversas ações relacionadas às Eleições. É importante, uma vez que busca a resolução de problemas ocorridos em eleições anteriores, melhoria na comunicação entre as unidades, otimização no dimensionamento das tarefas, evitar a duplicidade de esforços, etc.

Tal processo foi iniciado em 2008, mas apenas com as atividades da Secretaria do TRE. Para 2010, já está em fase final a apresentação do Planejamento Integrado de Eleições 2010 incluindo as ações dos Cartórios Eleitorais.

É um processo, como já dito, de constante evolução, que será atualizado e melhorado continuamente, visando refletir a realidade e buscar a excelência na execução.

1. Projeto

POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

2. Finalidade do projeto

Instituir um instrumento orientador para sistematizar as ações de comunicação, com vistas a nortear o relacionamento institucional com o seu público alvo e comunicar as estratégias do TRE-SE.

3. Alinhamento estratégico

EFICIÊNCIA OPERACIONAL – Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral.

ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO – Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais e Zonas Eleitorais.

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL – Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições / Aprimorar a comunicação com o público externo.

RESPONSABILIDADE SOCIAL – Promover a cidadania.

GESTÃO DE PESSOAS – Motivar e comprometer dirigentes e servidores com a execução da Estratégia.

SOCIEDADE – Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

4. Clientes do projeto

Sociedade, partidos políticos, entidades representativas, imprensa, etc.

5. Patrocinador do projeto

Ricardo Ribeiro – Assessor de Imprensa e Comunicação Social.

6. Justificativa

A crescente exigência da sociedade por uma comunicação de maior qualidade, eficiência e transparência, capaz de facilitar o conhecimento e o acesso dos cidadãos aos serviços da justiça eleitoral.

1. Projeto

RESGATE HISTÓRICO DA JUSTIÇA ELEITORAL

2. Finalidade do projeto

Resgatar dados históricos para formação do acervo cultural desta instituição, encontrados no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e Arquivo Público do Estado, visando à preservação da memória da Justiça Eleitoral de Sergipe.

3. Alinhamento estratégico

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL – Aprimorar a comunicação com o público externo.

SOCIEDADE – Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

4. Clientes do projeto

A própria Instituição e a Sociedade.

5. Patrocinador do projeto

Marcos Vinícius Linhares – Secretário Judiciário.

6. Justificativa

Necessidade de recuperar a história da Justiça Eleitoral em Sergipe, considerando a inexistência de informações no Arquivo Central no período de 1932 a 1937 e lacunas de 1945 até a década de 70.

1. Projeto

SAÚDE INTEGRAL

2. Finalidade do projeto

Contribuir para construção e manutenção de um bem-estar físico, social e mental por meio de ações integradas das diversas dimensões do ser humano no âmbito do TRE/SE.

3. Alinhamento estratégico

GESTÃO DE PESSOAS – Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

SOCIEDADE – Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

4. Clientes do projeto

Servidores do TRE/SE

5. Patrocinador do projeto

Luciano Carvalho – Secretário de Gestão de Pessoas

6. Justificativa

A Organização Mundial da Saúde (OMS) divulga índices elevados de certas patologias, demonstrando a necessidade de se investir em programas de conscientização com ações práticas para promoção de saúde, sendo direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos, conforme disposto no artigo 196 da Constituição Federal e no artigo 230 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos.

1. Projeto

SERVIÇO DE TRANSPORTE AO ALCANCE DAS ZONAS

2. Finalidade do projeto

Oferecer serviços de transporte às Zonas Eleitorais do interior para facilitar o cumprimento dos mandados judiciais.

3. Alinhamento estratégico

EFICIÊNCIA OPERACIONAL – Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

RESPONSABILIDADE SOCIAL – Promover a cidadania.

GESTÃO DE PESSOAS – Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA – Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais.

SOCIEDADE – Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

4. Clientes do projeto

Secretaria de Administração e Orçamento e cartórios eleitorais do interior

5. Patrocinador do projeto

Vânia Maria Nascimento Lima Rolemberg - Secretária de Administração e Orçamento.

6. Justificativa

Atualmente as Zonas Eleitorais do interior para cumprirem os mandados judiciais fazem uso da estrutura das Prefeituras Municipais, por meio dos veículos, ou recebem indenização de transporte para tanto. Ocorre que, essas alternativas não estão sendo adequadas, porque não é interessante para a Justiça Eleitoral ficar vinculada às Prefeituras Municipais, principalmente diante do entendimento do Tribunal de Contas do Estado de desaprovar a cessão dos veículos.

Ademais, a indenização de transporte também não é uma solução eficiente, porque geralmente os chefes de cartórios não possuem carro e precisam locar veículos nos municípios, os quais, muitas das vezes, estão em estado precário, não oferecendo qualquer segurança para cumprimento das diligências.

Dessa forma, a implementação desse projeto solucionará a precariedade do serviço de transporte, impactando, significativamente, na agilidade dos trâmites judiciais.

1. Operação

NOSSO AMBIENTE

2. Finalidade

Conscientizar os servidores da importância da preservação do meio ambiente mediante a diminuição e o aproveitamento dos resíduos produzidos no âmbito da Justiça Eleitoral deste Estado.

O programa prevê a disseminação da metodologia 3 Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar), a coleta seletiva do lixo, a elaboração anual de uma agenda de educação para o meio ambiente com vistas à implementação contínua de medidas educativas voltadas para o desenvolvimento de uma consciência ambiental entre os servidores.

3. Alinhamento estratégico

EFICIÊNCIA OPERACIONAL – Buscar a excelência na gestão de custos operacionais

ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO – Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais e Zonas Eleitorais.

RESPONSABILIDADE SOCIAL – Promover a cidadania / Melhorar a relação com o meio ambiente.

GESTÃO DE PESSOAS – Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores.

SOCIEDADE – Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

4. Clientes da operação

Todo o quadro de servidores.

5. Patrocinador da operação

Roberta Feitosa Barreto – Coord. de Planejamento, Estratégia e Gestão.

6. Justificativa

A comissão do Programa Nosso Ambiente do TRE-SE, instituída em 2007, desenvolve ações de conscientização ambiental e de incentivo a práticas que contribuam com a diminuição e reaproveitamento de resíduos produzidos na Secretaria do TRE e Cartórios Eleitorais.

Considerando a Recomendação 11 do CNJ, sobre a adoção de políticas públicas visando à formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, é imprescindível a continuidade, aprimoramento e ampliação das ações desenvolvidas anualmente.

A manutenção de um Projeto Estratégico de natureza ambiental reflete a responsabilidade social assumida pelo TRE-SE com vistas a contribuir para a melhoria da qualidade de vida atual e para que haja condições ambientais favoráveis à vida das gerações futuras.

1. Operação

MESÁRIO: UM CIDADÃO ESPECIAL

2. Finalidade

Incentivar uma participação mais efetiva dos eleitores no processo democrático, mobilizando-os para a inscrição voluntária nas atividades de mesário.

3. Alinhamento estratégico

RESPONSABILIDADE SOCIAL – Promover a cidadania

SOCIEDADE – Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

4. Clientes da operação

Eleitores maiores de 18 anos.

5. Patrocinador da operação

Roberta Feitosa Barreto – Coord. de Planejamento, Estratégia e Gestão.

6. Justificativa

O Mesário é considerado um cidadão especial para a Justiça Eleitoral, pois desempenha um importante papel na condução do processo eleitoral e na consolidação da democracia. E, neste processo, devem estar cidadãos imparciais, moderados e conscientes das responsabilidades que lhes são confiadas, porém, mais do que isso, devem estar satisfeitos e motivados para o exercício das atividades de mesários.

Embora decorridos vários pleitos eleitorais, este TRE ainda se depara com grande dificuldade quando da convocação de pessoas para a composição da mesa receptora de votos.

Sendo assim, visando a redução do índice de insatisfação dos mesários convocados e a melhoria constante dos serviços prestados, faz-se necessária a realização de um trabalho de conscientização junto à sociedade, no intuito de estimular a participação voluntária dos mesários.

1. Operação

ELEITOR DO FUTURO

2. Finalidade

Preparar os cidadãos para o exercício consciente do voto, através de ações educativas voltadas para a prática da cidadania e para o conhecimento do processo eleitoral, como discussões de temas, exposições, exibição de vídeos, espetáculos teatrais e realização de eleições eletrônicas.

3. Alinhamento estratégico

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL – Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições / Aprimorar a comunicação com o público externo.

RESPONSABILIDADE SOCIAL – Promover a cidadania / Melhorar a relação com o meio ambiente.

GESTÃO DE PESSOAS – Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

SOCIEDADE – Garantir a legitimidade do processo eleitoral.

4. Clientes da operação

Alunos dos ensinos médio e fundamental de escolas públicas ou particulares, a partir dos 14 anos de idade.

5. Patrocinador da operação

Roberta Feitosa Barreto – Coord. de Planejamento, Estratégia e Gestão.

6. Justificativa

O Projeto Eleitor do Futuro compreende uma iniciativa da Justiça Eleitoral Nacional voltada para crianças e adolescentes. Em Sergipe, o Projeto vem sendo desenvolvido desde 2004, quando o TRE o implementou em três escolas do município de Aracaju. Em 2008, o Projeto Eleitor do Futuro, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, alcançou 22 municípios do Estado envolvendo aproximadamente 13 mil estudantes da rede estadual de ensino. Em 2009, as ações do Projeto compreenderam a realização de onze apresentações da peça “O Povo Tem Poder, Quer Ver?”, em teatros locais, seguidas de eleições eletrônicas envolvendo dois candidatos cujos perfis foram debatidos no decorrer do espetáculo.

A peça teatral “O Povo Tem Poder, Quer Ver?”, de autoria da servidora da Justiça Eleitoral Lêda Maria Campos, foi encenada pela primeira vez nesta Capital em 2007, depois de ser adaptada por servidores do TRE-SE. Para as apresentações em 2009, a peça sofreu nova adaptação, ficando ainda mais próxima da realidade do público juvenil e do contexto político e cultural do nosso Estado.

É com ações como o Projeto Eleitor do Futuro que a Justiça Eleitoral de Sergipe vem ampliando sua responsabilidade social e se unindo a outros setores da sociedade civil em busca do fortalecimento da democracia e, conseqüentemente, da construção de uma sociedade que venha a reconhecer, igualmente, o direito de cada um dos seus cidadãos.